

1º Encontro do Movimento FÉminista - São Paulo/SP, 13/04/2019

No Brasil e no mundo, vivemos um momento histórico de violência e discursos de ódio por todos os lados. Neste cenário, as mulheres e as religiões são temas centrais na articulação de discursos de extrema direita e conservadores para a permanência e acirramento dos poderes vigentes. Precisamos reunir forças, corações e mentes para resistir a tudo isso.

Dia 13 de abril às 14 horas acontece o primeiro encontro do movimento Féministas, que reúne feministas jovens de todas as religiões. Católicas pelo Direito de Decidir é quem organiza a atividade. A ideia, para este primeiro momento, é refletir sobre intolerância religiosa, resistência feminista, Estado laico, entre outras coisas. Todas são bem-vindas!

O encontro será na sede da organização Koinonia Presença Ecumênica, localizada na Rua do Carmo, nº 56, em São Paulo/SP. Vem construir com a gente! Saiba mais no [evento](#).

SERVIÇO:

1º Encontro do Movimento Féminista

DIA: 13 de abril | Sábado | 14h00

LOCAL: Koinonia Presença Ecumênica

ENDEREÇO: Rua do Carmo, n. 56 - Sé - São Paulo/SP.

ENTRADA: Franca

FÉMINISTAS:
RESISTÊNCIA FEMINISTA JOVEM
PELO ESTADO LAICO

contraceptivos
para não
engravidar,
aborto legal,
seguro e
gratuito para
não morrer.
8M

1º ENCONTRO DO MOVIMENTO FÉMINISTA
13/04/19, SÁBADO, ÀS 14H
LOCAL: KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA
RUA DO CARMO, 56, SÉ, SÃO PAULO/SP

FÉMINISTAS

Católicas
pelo Direito de Decidir

STF distorce o Estado laico ao liberar “catequese” em sala de

aula, por Eloísa Machado

A Constituição Federal de 1988 prevê ensino religioso, isso é verdade. Está lá, no artigo 210 da Constituição: “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. Isso é inegável.

[\(Uol, 27/09/2017 - acesse aqui\)](#)

Também é inegável que o Brasil é uma República laica. Para ficar no básico: um Estado que não tem religião, que não subsidia religião, que não constrange religião, que não diz qual está certa e qual está errada. Isso é verdade.

Mas se, como já dito, a Constituição de 1988 prevê ensino religioso, então, como faz? O Estado é laico ou não é?

O certo mesmo era mudar a Constituição, retirar a previsão de ensino religioso nas escolas públicas.

Simples assim: escrevam uma proposta de emenda constitucional, coloquem em pauta, avancem a madrugada discutindo, acertando um apoio aqui, negociando uma emenda ali, e pimba! Foi-se o ensino religioso.

Mas parece que esse tipo de reforma ocorre só para tirar direitos, como a Reforma Trabalhista, ou a PEC do Teto dos Gastos. Ou para dar direitos aos parlamentares, como o Fundo Partidário.

Mas se não mudou via emenda constitucional, a gente poderia pedir para o Supremo Tribunal Federal interpretar isso aí direito, tentar conciliar um Estado laico com ensino religioso nas escolas? Veja bem, um meio termo!

E assim foi feito. A ação julgada hoje pelo plenário do STF pedia que ensino religioso fosse interpretado como um ensino não confessional, ou seja, mais geral, dissociado de uma doutrina religiosa, das autoridades religiosas. Um tipo geral de histórias das religiões.

Muita gente tentou puxar a sardinha para o seu lado. Ah, desculpe, esqueci

de dizer isso. Tem muita sardinha, que dizer, muito dinheiro envolvido para financiar esse ensino. Dinheiro público. As grandes organizações religiosas foram logo reclamando: como assim alguém de fora da religião vai falar sobre a religião tendo tanta gente da religião que vai poder falar melhor sobre a religião?

Enquanto isso, um outro pessoal que conhece a realidade de escola pública - e é escaldado com a falta de infraestrutura, de remuneração decente, de tempo para qualificação - defendeu uma lista do que o ensino religioso não deveria ter para não virar bagunça.

Não poderia ser obrigatório, ter matrícula automática, ter como professor uma autoridade religiosa. Não pode contabilizar como a carga horária mínima. Não pode orar. Não pode financiar catequização em uma doutrina religiosa com recurso público.

Quem sabe, assim, com esses cuidados, seria possível um ensino religioso capaz de se conciliar com um Estado laico.

Contudo, o Supremo não fez isso, não. O que o Supremo fez foi exatamente bagunçar tudo, abrindo as portas das escolas públicas para o ensino religioso confessional, ou seja, aquele que vai ensinar uma determinada religião como explicadora do mundo, como verdade absoluta.

Mas vai ter de todas as religiões? Isso a gente não sabe ainda. O STF não explicou.

Mas e aí? Quem paga? Até agora a gente também não sabe. O STF não explicou. Mas sabe como é, sardinha pouca, meu pirão primeiro... Ou será que tem sardinha nesse angu?

Não é só sobre dinheiro, claro. Essa discussão é sobre tolerância, sobre pleno desenvolvimento, sobre liberdade das futuras gerações. Estudos mostram que o ensino religioso em escolas públicas abre espaço para uma batalha entre religiões, uma disputa por recursos, fiéis e verdades, aumentando a intolerância.

É, pois então. Mas o STF acha que tudo bem.

Eloísa Machado é professora da FGV Direito SP, especialista em direitos humanos e coordenadora do Centro de Pesquisa Supremo em Pauta.

2ª Virada Feminista Online: ONG Católicas fala sobre Estado laico e aborto às 19h de 27/09/2017

*As redes e as ruas serão ocupadas no mês em que se comemora o **Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe (28 de setembro)**! A data é um marco de extrema importância nas discussões e lutas políticas sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres latino-americanas e caribenhas.*

Leia mais: [Nota de prensa: Campaña Internacional por el Derecho de las Mujeres al Aborto Seguro \(em espanhol\)](#)

UMA CONVERSA SOBRE ESTADO LAICO E ABORTO



**Ao vivo, dia 27/09, às 19h
no Facebook de CDD**

FB.COM/CATOLICASDIREITODECIDIR

#PrecisamosFalarSobreAborto24h



Para provocar o debate sobre a legalização do aborto e a importância do Estado Laico, Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) integrará a extensa programação da Virada Feminista Online, iniciativa que visa ocupar os espaços virtuais a fim de promover reflexões sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, gênero, sexualidade, entre outras questões.

No dia 27 de setembro (quarta-feira), às 19h, haverá transmissão ao vivo com Gisele Pereira, integrante da coordenação de CDD, diretamente no Facebook da organização (www.facebook.com/catolicasdireitodecidir). Será um momento onde as internautas poderão enviar suas perguntas, dúvidas e comentários sobre laicidade do Estado e aborto. Saiba mais em nosso [site](#).

Participe enviando suas dúvidas e comentários. Chame todo mundo e compartilhe a hashtag **#PrecisamosFalarSobreAborto24H** nas redes sociais!

Católicas pelo Direito de Decidir

Assessoria de Imprensa

comunicacao@catolicas.org.br

(11) 3541-3476

O útero não é tão laico assim na Parada LGBT

Pesquisa mostra que parada em São Paulo tem caráter político e é progressista. Dados apontam falta de intersecção entre pautas do público masculino e feminino do evento

(El País, 24/06/2017 - acesse no site de origem)

Uma pesquisa feita na 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, realizada no último domingo, 18 de junho, mostrou que os frequentadores do protesto estão bem alinhados quando se trata da defesa de direitos relacionados à comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgênero: a maior parte (87,5%) defende o ensino do respeito às pessoas LGBT nas escolas, o uso de banheiro feminino por mulheres transexuais (84%) e leis mais duras para o combate à homofobia (79% se disse totalmente a favor).

A pesquisa, realizado pelo coletivo [#VoteLGBT](#), mostra em números o que parece um pouco óbvio, já que tratam-se de questões que afetam diretamente o público LGBT. Mas quando são questionados sobre outras temáticas que não estão direta ou necessariamente ligadas de maneira cabal a esse público, tal engajamento não é percebido da mesma maneira. Perguntados sobre a legalização do aborto, 56% dos entrevistados responderam concordar

totalmente. Embora seja pouco mais da metade, ainda é um índice que chama a atenção quando se trata de um público que vai às ruas por direitos ditos *progressistas*, ou seja, esperava-se um posicionamento maior a favor do aborto. Do outro lado, 16% disseram discordar totalmente da legalização do aborto. No meio, 5% discordam parcialmente, 9% não concordam nem discordam e 14% concordam parcialmente.

Para efeito de comparação, a mesma pergunta feita na Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais, que ocorre um dia antes da Parada e reivindica a visibilidade do público dentro do próprio elemento LGBT, trouxe um resultado bem diferente. Ali, apenas 3% disseram discordar totalmente da legalização do aborto, enquanto 91% concordam totalmente. No meio, discordam parcialmente 2%, não concordam e nem discordam 1% e concordam parcialmente 3%.

[O tema da Parada Gay deste ano foi *Todas e todos por um Estado laico*](#). A defesa da ausência da igreja para determinar a orientação sexual de cada um também foi lembrada ao longo da Parada, por exemplo, com cartazes onde se lia “meu cu é laico”. Mas talvez essa mesma defesa ostensiva não se aplique ao *útero laico*. “De fato, as pautas que apresentaram um pouco mais de rejeição foram as sobre o aborto e as cotas para negros em universidades públicas”, reconhece Evorah Cardoso, doutora em direito e uma das coordenadoras da pesquisa.

Para ela, falta “intersecção” entre as pautas defendidas na parada. “Eu vejo como uma janela a ser explorada. Não é à toa que a gente tem uma caminhada das lésbicas em paralelo à Parada LGBT”, diz. “Não tenho conhecimento de nenhum ano em que a parada tenha tido um tema ligado às lésbicas ou à bissexualidade”. Embora frustre quem esperava mais apoio para o assunto, os 56% captados pela pesquisa ainda supera, e muito, o resultado do número feito com os brasileiros de um modo geral. Em um levantamento nacional feita no ano passado, 78% dos brasileiros se disseram contrários ao aborto, segundo levantamento do Ibope.

A Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais ocorre há 15 anos, sempre um dia antes da Parada Gay, no centro de São Paulo. A pesquisa também foi realizada na Caminhada, com as mesmas perguntas que seriam feitas na

Parada no dia seguinte.

Caráter político

A pesquisa também procurou traçar o perfil político dos frequentadores e frequentadoras da Parada Gay. A maioria rejeita o rótulo de ser de direita (apenas 5,7% se consideram de direita ou centro-direita), quase a metade (46%) se considera de esquerda ou centro-esquerda e 32% não se consideram nem de esquerda e nem de direita. Os entrevistadores também perguntaram se os frequentadores do ato são anti-petistas e 52% afirmaram que não são “nem um pouco”. Em uma pergunta de múltipla escolha sobre a motivação para ir ao evento, 65,5% afirmaram estar ali para apoiar a causa, enquanto 58% disseram ir para se divertir.

Os pesquisadores enxergam nesses números o caráter político do ato. “As pessoas enxergam a parada como sendo um espaço de festa”, diz Evorah. “Mas quando você ocupa a principal avenida da cidade e beija, faz festa, isso é uma forma de política também e não só de diversão”.

Na Caminhada das Mulheres, os números reforçam mais essa dimensão política: 76% disseram ter ido para defender direitos e 25% para se divertir. A maioria (69,5%) da Caminhada afirmou ser de esquerda, e negou (60%) ser anti-petista. Evorah afirma que por ser um grupo menor e mais homogêneo, a Caminhada acaba por apresentar respostas mais críticas. “A Caminhada leva um passo a mais à crítica, mas é preciso lembrar que é um grupo mais homogêneo de faixa etária, escolaridade e renda maiores do que os da Parada”, ressalta.

Maconha e cotas

Ainda sobre as perguntas que não giram necessariamente em torno dos direitos LGBT, os pesquisadores quiseram saber o que os frequentadores das duas marchas pensam sobre a legalização da maconha para fins recreativos. Na Parada Gay, 61% concordam totalmente com a liberalização, enquanto 79,5% disseram o mesmo na Caminhada. Ainda entre as mulheres da Caminhada, 93% defendem cotas para negros nas universidades públicas e 82% defendem programas de transferência de renda como o Bolsa Família.

Na Parada, esses índices ficaram em 59% e 54%, respectivamente.

A pergunta sobre cotas para mulheres no Legislativo foi a que teve menor adesão tanto na Caminhada, quanto na Parada, mas ainda assim, entre as mulheres o índice foi alto: 77% são a favor, enquanto na Parada Gay a causa tem o apoio de 51% dos entrevistados.

Foram entrevistadas 423 pessoas durante a Parada do Orgulho LGBT e 190 pessoas na Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Em relação à Caminhada, a margem de erro é de 7,1 pontos, e à Parada, é de 4,8 pontos para mais ou para menos.

Marina Rossi

Maioria da população discorda da prisão de mulheres que recorrem ao aborto, por Maria José Rosado

A população brasileira não deseja que sejam encarceradas as mulheres que recorrem ao aborto. É o que aponta a pesquisa realizada pelas Católicas pelo Direito de Decidir e o Ibope Inteligência: 64% da população brasileira discorda total ou parcialmente dessa ideia. A pesquisa foi realizada em fevereiro deste ano e já teve uma primeira parte divulgada.

[\(Blog do Sakamoto, 10/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Em tempos de desmonte da nossa jovem democracia, a luta das mulheres contra os fundamentalismos é ainda mais urgente. Comunidades de fé em várias partes do Brasil denunciam políticos que dizem agir em nome de Deus.

Além disso, os projetos de lei e de emendas constitucionais que atacam a autonomia das mulheres não refletem o pensamento da maioria da população.

Nesse sentido, a PEC 29/2015 é mais um exemplo de como a bancada fundamentalista se utiliza de discursos pseudocientíficos para controlar e destruir a autonomia de milhares de mulheres brasileiras.

No Brasil, mesmo em situações em que o aborto é permitido - como no caso de estupro, risco de morte para a mulher ou anencefalia - as mulheres que recorrem à interrupção da gravidez enfrentam os mais diversos tipos de violência. Médicos que se recusam a atender mulheres em processo de abortamento mesmo que espontâneo, funcionários que chamam a polícia alegando que elas cometeram crime e o calvário de ter que viajar muitos quilômetros para encontrar um serviço público que possa atendê-las. Se alterada a Constituição, esse cenário pode se agravar. Isso porque seria criado mais um instrumento jurídico para apoiar o descaso já instalado contra as mulheres.

A Proposta de Emenda Constitucional de número 29, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, altera o artigo 5º da Constituição Federal, tornando inviolável o “direito à vida, desde a concepção”. Para além do ensaio de biologia trôpego do senador, existe uma realidade violenta e inegável na vida das mulheres brasileiras.

A aprovação da PEC - que tem apoio de seu relator, o senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), e de outros senadores como Aécio Neves (PSDB-MG) e Antonio Anastasia (PSDB-MG), investigados na Lava Jato - provocará consequências nefastas em diversos âmbitos na sociedade, principalmente na saúde pública e no aumento do encarceramento feminino, que atinge, principalmente, mulheres negras e pobres. Na primeira parte de nossa pesquisa, vimos que 64%, ou seja, a maioria da população brasileira acredita que são as mulheres que devem decidir sobre o aborto. Os senadores parecem não dar ouvidos à opinião de milhões de cidadãos e cidadãs.

Um Estado Laico não legisla para os cidadãos ou cidadãs pautando-se por

doutrinas religiosas. É nossa obrigação, como católicas e feministas, denunciar os fundamentalistas que agem na surdina sequestrando nossos direitos e obscurecendo o debate dos direitos sexuais e reprodutivos, tão caro ao avanço democrático em nosso país.

2016 foi ano mais violento contra LGBTs em uma década

O país que exportou (sic) duas das transexuais mais requisitadas do mundo da moda, Valentina Sampaio e Lea T., também é um dos que mais mata transgêneros no mundo.

[\(Folha de S.Paulo, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Leia também:

[Mais que aceitar diversidade de gênero, é preciso agir contra o cultivo da mentalidade homofóbica](#)

Só no primeiro quadrimestre deste ano, o número de assassinatos no grupo mais vulnerável da comunidade LGBT subiu 18% em relação ao mesmo período de 2016, até agora o ano mais violento da década para essas pessoas. A informação é dos grupos brasileiros Rede Trans Brasil e GGB (Grupo Gay da Bahia).

De acordo com o último relatório da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais), o Brasil ocupa o primeiro lugar em homicídios de LGBTs nas Américas, com 340 mortes por motivação homofóbica em 2016 - a GGB conta 343. Os grupos brasileiros estimam que 144 desses homicídios sejam de travestis e transexuais.

Apesar de questionável devido à falta de monitoramento em países onde a homossexualidade é criminalizada, como Guiana Francesa e Barbados, e pela

escassez de pesquisas oficiais por parte dos países, o dado é destaque desse relatório, que embasa as discussões da ONU sobre o tema e é lançado todos os anos para o Dia Mundial Contra a Homofobia, festejado nesta quarta-feira (17).

Embora haja conquistas recentes, como a autorização para servidores públicos usarem o nome social -aquele assumido publicamente e não o da certidão de nascimento- o país engatinha na promoção do respeito ao segmento no ambiente familiar, nas escolas e no trabalho.

“É nesses lugares onde nasce o preconceito que joga as travestis e transexuais na prostituição [estima-se que 90% se prostituem], estimulando o ódio desmedido de parte da sociedade”, afirma Bruna Valim, 42, mulher transexual e articuladora da Rede Trans Brasil para SP.

Os registros da Rede e do GGB, colhidos a partir de notícias publicadas na imprensa e em redes sociais, revelam que os assassinatos de transgêneros não envolvem um, mas sim vários tiros de arma de fogo, múltiplas facadas e espancamento com pedras e pauladas -como no caso de Dandara dos Santos, 42, que teve sua morte por apedrejamento e tiros filmada por agressores em Fortaleza (CE).

Extermínio que Rubi de La Fuentes, 32, escapou de agressões desse tipo quando, em 2015, uma amiga travesti foi morta a pauladas no parque do Carmo, na zona leste de São Paulo.

“Lembro muito bem quando a vi jogada no chão, com o cérebro para fora. Isso é muito comum na rua. Tenho cicatrizes por todo o corpo das facadas e das pauladas que levei. O medo de morrer me tirou da prostituição”, conta.



Rubi de La Fuentes, 32, faxineira e banqueteira que tem cicatrizes de agressões sofridas/Keiny Andrade/Folhapress

Há cinco anos Rubi ganha a vida como faxineira e banqueteira. Há dois meses conheceu o namorado, com quem vive atualmente. No próximo mês, fará o que poucas iguais conseguem: completar o ensino médio. “Precisava provar para mim mesma que eu conseguiria estudar.”

AUTOFLAGELO

Segundo o secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, por causa da discriminação nas escolas são raros os trans que conseguem concluir os estudos.

“Eles são expulsos não oficialmente. A transfobia é tão grande que a discriminação sofrida por eles é duas vezes maior do que com homens gays, que às vezes passam batido por não aparentarem ser homossexuais”, explica.

A primeira Pesquisa Nacional Sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, realizada em 2015 e conduzida por ele, aponta que 7,7% dos estudantes

declarados LGBT são travestis ou transexuais. “Os depoimentos da maioria desses jovens [com idade média de 16 anos] revelaram, por exemplo, propensão ao suicídio.”

O autoflagelo também ocorre em prisões. O médico Sérgio Ferreira estudou por dois anos a prevalência de tuberculose em LGBTs presos no Complexo Prisional Campinas-Hortolândia (SP) e constatou que várias evitam buscar apoio médico para doenças por medo de preconceito.

“Muitas que eram portadoras de HIV deixavam de se tratar porque se sentem hostilizadas até no posto médico. Elas cortam os cabelos e são tratadas como homens no presídio, sendo destituídas da feminilidade”, diz o médico.

Em 2016, segundo a Rede Trans Brasil, 64 transexuais e travestis tentaram suicídio -12 delas conseguiram.

O coordenador geral de políticas LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Ivan Batista, afirma que a pasta planeja criar um observatório, ainda sem prazo, que reúna informações sobre a população LGBT.

Os dados partiriam dos quatro CRDs (Centro de Referência à Diversidade) mantidos pela Prefeitura de São Paulo, que orientam e dão ajuda psicológica ao grupo. “Entendo que é difícil criar ações direcionadas sem dados precisos, e é isso que a secretaria quer conseguir”, diz Batista.

ESTADO LAICO

Uma questão levantada por especialistas, ativistas e transexuais ouvidos pela reportagem sobre o preconceito contra LGBTs tem a ver com a intolerância religiosa. A mulher-trans Rubi de La Fuentes, por exemplo, diz que “encontra com Deus sozinha, em casa”, porque já foi expulsa de muitos templos religiosos.

Mas nem em casa famílias homoafetivas estão alheias aos efeitos do preconceito e da intolerância religiosa. É disso que trata o documentário “Em Defesa da Família”, da cineasta brasileira Daniella Cronemberger. O título

faz referência ao “slogan” da bancada evangélica no Congresso.

Lançado na internet nesta quarta (17), em página homônima no Facebook, o curta mostra como o discurso religioso molda o conceito de família defendido pelos deputados.

Enquanto a tela mostra o cotidiano do casal Vanessa e Marília, funcionárias do Congresso, com seus três filhos, o áudio de parlamentares em sessões do plenário destila o discurso de ódio baseado nas crenças religiosas.

“Eles [os deputados] refletem e reproduzem todas as agressões que a comunidade LGBT sofre, e não se consideram agressores ao dizerem, por exemplo, que a intenção dessas famílias [homoafetivas] é ‘acabar com a raça humana’”, explica Cronemberger, citando um dos áudios reproduzidos no filme. Nem o nome nem a imagem dos parlamentares é revelada.

Divulgação



Documentário “Em Defesa da Família” mostra a influência do congresso nas famílias homoafetivas

No ano em que o discurso homofóbico e centrado na religião surge no horizonte da Presidência da República, com o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) na vice-liderança das intenções de voto das eleições de 2018, segundo a última pesquisa Datafolha, os movimentos LGBT reagem.

A 21ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, uma das maiores do mundo e que acontece no dia 18 de junho, na av. Paulista, terá como tema o “Estado Laico”.

“O evento trata o conceito do ponto de vista da tolerância com as religiões, mas é claro que há conotação política quando mais de 80% dos congressistas se dizem cristãos e parte deles advoga pela causa, ampliando a homofobia”, diz Renato Viterbo, um dos organizadores da Parada.

Ele adianta que um dos eventos paralelos homenageará os 117 LGBTs assassinados até agora neste ano, segundo dados do GGB (Grupo Gay da Bahia). A ideia inicial era que no dia 11 de junho um parque recebesse uma muda para cada morte, mas não houve parque na região central que comportasse tantas árvores.

O ato foi alocado no Parque Vila do Rodeio, em Cidade Tiradentes, na zona leste, e com apenas cem mudas.

Casa da Mulher Trabalhadora lança dossiê que detalha retrocessos contra mulheres

Mesmo sem saber, você já deve ter conhecido alguma mulher que tenha feito um aborto. De acordo a Pesquisa Nacional do Aborto, pelo menos, uma em cada cinco mulheres aos 40 anos já fez um aborto no Brasil. Isso quer dizer que 4,7 milhões de mulheres abortaram no país até o ano passado. Ainda que seja prática comum, o aborto é crime, a não ser em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

[\(Brasil de Fato, 05/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Nos últimos tempos, deputados federais, estaduais e vereadores conservadores têm trabalhado para criar leis que trazem penalidades maiores às mulheres que decidem fazer abortos clandestinos. Segundo o Dossiê Retrocessos em Tramitação, produzido pela ONG Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), existem pelo menos 15 projetos federais e três no estado do Rio de Janeiro com proposta de retirada de direitos sexuais reprodutivos.

Em entrevista ao Brasil de Fato, Vanessa Barroso, redatora do dossiê, ressalta que o documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar. “Agora os projetos de reforma da Previdência e reforma trabalhista estão sendo tratados em regime de urgência, mas não podemos nos esquecer que os outros projetos de retiradas de direitos estão lá e podem entrar em votação a qualquer momento”, explica.



O documento serve de instrumento para que a população acompanhe o que está acontecendo nas casas legislativas e consiga se posicionar / Divulgação

Brasil de Fato: Quais são os principais retrocessos propostos pelos parlamentares brasileiros que vocês notaram ao formular o dossiê?

Vanessa Barroso: O Estatuto do Nascituro é o maior deles. Ele foi apresentado em 2007, mas teve pedido de urgência pela Frente Parlamentar Evangélica, no final do ano passado, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se posicionado pela descriminalização do aborto ao julgar um caso específico, que aconteceu no Baixada Fluminense. O Estatuto apresenta uma série de retrocessos e retirada de direitos que hoje são garantidos por lei, como o aborto em casos em casos de estupro, risco de vida para a mulher e malformação do feto.

O projeto ainda visa criar a “bolsa-estupro”, onde o Estado torna-se legitimador da violência sexual contra as mulheres, dando “direitos” de pai a estupradores e exigindo que paguem pensão alimentícia. E, ainda, obriga a mulher a denunciar o crime.

Foi colocado em regime de urgência no ano passado, mas ainda não foi votado?

Não, por conta do cenário de votação da reforma da Previdência e reforma trabalhista. Mas pode voltar ao plenário a qualquer momento. Além do estatuto, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM) pediu a instalação de uma comissão especial para inserir na Constituição um dispositivo sobre a proteção da vida desde a concepção, em qualquer circunstância. A comissão especial, na realidade, seria formada para tratar sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), parada desde 2013 e retomada às pressas após decisão do STF, que estende a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém-nascido passar internado. Mas esse é apenas um pretexto para modificar o conteúdo do projeto e incluir texto que considere o aborto crime em qualquer circunstância.

Além dessas propostas em âmbito federal, como estão os projetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj)?

Em 2017, os projetos na Alerj que ferem esses nossos direitos estão relativamente estacionados, apesar de muitos parlamentares fluminenses estarem mexendo seus pauzinhos no Congresso Nacional. Mas nos últimos anos tivemos vários exemplos, a “CPI do aborto” é um deles. Ela pretendia

exigir notificação à polícia toda vez que uma mulher fosse internada em situação de aborto, fosse espontâneo ou não. A CPI foi arquivada por conta da luta das mulheres. É muito importante para continuar a luta, entender o que está acontecendo nas casas parlamentares, para tentar frear o avanço dos retrocessos aos nossos direitos.

No Brasil hoje existem mais propostas para criminalizar a mulher e o aborto do que leis que criem condições de tratar a questão como assunto de saúde pública. Por quê?

Acreditamos que isso tem a ver com a configuração do Congresso Nacional, da Alerj e da Câmara dos Vereadores que é muito conservadora. Estamos vendo o fortalecimento das bancadas fundamentalistas, que trabalham contra direitos sexuais reprodutivos e querem colocar a mulher em um estereótipo de mãe e dona de casa que não toma as suas próprias decisões. Essa é uma forma de controlar os nossos corpos. O pouco que conquistamos ao longo da história, estão querendo nos tirar.

Mesmo que na lei seja garantido o aborto para alguns casos, na prática, muitas mulheres não conseguem realizar, muitas vezes, por negligência do Estado...

Existe um projeto de lei da vereadora Marielle Santos (Psol), no Rio, que tenta garantir justamente que a lei funcione na prática. O projeto busca efetivar esse direito através do acolhimento e orientação às mulheres, garantindo o atendimento livre de discriminação por qualquer motivo. Nossa expectativa é que seja aprovado, apesar da Câmara do Rio ter uma configuração muito conservadora, em que vereadores querem transpor seus dogmas religiosos para a política, ignorando o Estado Laico. Há uma pressão grande do movimento feminista para que esse projeto seja aprovado. Esperamos que em breve seja colocado em pauta.

Quais os próximos passos da CAMTRA, após a formulação do dossiê?

O dossiê é um instrumento para que a população saiba o que está acontecendo nas casas legislativas e possa se organizar para se opor ao conservadorismo. Pretendemos fazer ainda um trabalho de formação política

com jovens e mulheres, a partir desse material. Além disso, queremos construir um observatório de políticas públicas, para que estejamos sempre alertas. A ideia é continuar o trabalho de acompanhamento desses projetos legislativos, usando o dossiê como uma ferramenta mesmo.

Edição: Vivian Virissimo

O Estado brasileiro é laico, mas a lei não, por Maíra Kubík Mano

Católicas pelo Direito de Decidir faz campanha contra violações dos princípios democráticos embasadas por argumentos religiosos

[\(CartaCapital, 04/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

As duras palavras, que retratam o cerceamento do direito da mulher ao [próprio corpo](#), saem com força da voz de Brisa De La Cordillera (Brisaflow).

“Um corpo um ventre uma função
Não te dão opção e não te dão opção
O estado é [laico](#) mas a lei não não não não
(...)
Pelo direito de escolher
Pelo direito de ser ou não ser
Pelo direito de ter ou não ter
Não venha interferir, só eu devo decidir.”

A letra fala não apenas sobre aborto, mas também sobre [cesáreas violentas](#) (“um mosaico”) e sobre a importância de as mulheres lutarem juntas (“Por isso é uma pela outra / Tanto a que não quer ser mãe”).

Esta é a primeira música de cinco que integrarão a campanha “Católicas na luta pelo Estado laico e contra os fundamentalismos”, lançada hoje nas redes

sociais pela organização internacional [Católicas pelo Direito de Decidir](#).

A motivação da campanha é a avaliação que a organização faz da sistemática violação dos princípios democráticos no Brasil, por vezes embasada em argumentos de fundo religioso.

“E quem são esses profanadores? São políticos que atuam por interesses particulares, financeiros e religiosos. A religião – geralmente cristã – para fundamentar a criação das políticas públicas, impedir avanços e retroceder naquilo que conquistamos com tanta luta”, afirmam elas.

Por meio de sua assessoria, a integrantes das Católicas se disseram preocupadas – e não é para menos – com o “cenário político desenhado pelo golpe e pelas eleições de 2016 indicam retrocessos nos direitos humanos e sociais”.

Outras artistas [feministas](#) que integram a iniciativa são Elisa Gargiulo (que compõe a música inicial com Brisaflow), Drika Ferreira, Ellen Souza, Livia Cruz e Luana Hansen que, por meio da arte, lutam pelos direitos sociais, especialmente das mulheres, negros e negras e LGBTs.

“É de extrema importância que a sociedade brasileira defenda laicidade como um direito essencial, entendendo que sua violação implica na violação de muitos outros direitos, principalmente os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”, dizem as Católicas, cuja ONG existe de 1993.

Entre a manipulação da Bíblia e a posse da Vagina, por Eliane

Brum

(El País, 06/06/2016) *Os protestos contra a cultura do estupro apontam para onde se movem os Brasis e onde de fato está a oposição*

O levante das mulheres contra a cultura do estupro no país governado pelo interino Michel Temer (PMDB) e pelo Congresso mais retrógrado desde a redemocratização forma o retrato mais preciso desse momento histórico tão particular do Brasil. A oposição atual não é entre um governo chamado de “golpista” e um governo que já foi apresentado como “popular”. Ou entre a presidente afastada pelo processo de impeachment e o vice que conspirou para afastá-la. O embate é entre o Brasil que emergiu das manifestações de junho de 2013 e o Brasil que se agarra aos privilégios de classe, de raça e de gênero. É esse o confronto político mais amplo que determina o curso dos dias.

Leia mais:

[*Por que mulheres ficaram contra a vítima de estupro coletivo no Rio? \(El País, 07/06/2016\)*](#)

[*As raízes da opressão, por Alessandra Orofino, Ana Carolina Evangelista, Antonia Pellegrino e Manoela Miklos \(Folha de S. Paulo, 07/06/2016\)*](#)

[*É hora de mudar, por Phumzile Mlambo-Ngcuka \(Folha de S. Paulo, 07/06/2016\)*](#)

[*Análise - Estupro e suas penas \(O Estado de S. Paulo, 06/06/2016\)*](#)

Nem Temer, PMDB e partidos aliados representam todas as forças conservadoras de um lado, nem Dilma Rousseff, Lula e o PT são capazes de representar o outro campo. Como a Operação Lava Jato já mostrou, com todas as críticas que se pode - e se deve - fazer aos seus flagrantes abusos e aos personalismos inaceitáveis de alguns servidores públicos, PMDB e PT são, em alguns aspectos cruciais, mais semelhantes do que diferentes. Em alguns aspectos, obviamente não todos, mais sócios que se desentenderam do que opositores de fato políticos, no que a política tem de mais profunda, que é a sua potência transformadora. É fundamental compreender onde de fato está a oposição hoje, para além do Impeachment x Golpe.

Esta é a parte que Temer, o PMDB e as demais forças que apoiaram o impedimento de Dilma Rousseff parecem não ter compreendido. E também por isso as primeiras semanas do Governo provisório tiveram tantos recuos e pelo menos duas baixas de ministros. Apesar da sobra de esperteza dos protagonistas, eles parecem de fato ter acreditado que o país pudesse simplesmente retroceder e as velhas forças se rearranjarem mais uma vez – sem oposição. Assim como ter acreditado que a oposição, a partir de certo momento, era o PT. Acreditaram na falsa polarização, sem perceber que o país hoje é muito mais complexo.

“Homens brancos e velhos”. A reação ao ministério de Temer mostrou de imediato de onde viria a oposição. Gênero, raça e protagonismo jovem. A política para além dos partidos, a política que em 2013 expulsou os partidos das ruas.

Duas fotografias, um abismo. Nas ruas do país, as mulheres escrevem na pele nua que seus corpos lhe pertencem ao protestar contra a cultura do estupro depois das violações coletivas de duas meninas, uma no Rio, outra no Piauí. O que Temer faz? Chama para ocupar a rebaixada secretaria de Políticas para Mulheres uma evangélica, Fátima Pelaes (PMDB), que já se declarou contra o aborto mesmo em casos de estupro. Ou o presidente interino tem uma deficiência cognitiva ou obedece a mandamentos menos declarados.

Ao extinguir justamente o ministério que contemplava as políticas de gênero, raça e direitos humanos, e ao extinguir o Ministério da Cultura, que fomenta a expressão dessas políticas, Temer já havia demonstrado que nem ele nem as forças que o apoiaram compreendem o país que tanto querem governar. Teve de correr atrás do prejuízo e de mulheres que concordassem em fazer parte do governo. Foi obrigado a recuar e a devolver o Ministério da Cultura à Esplanada.

Esses recuos são mais reveladores do que os ministros demitidos após o vazamento de gravações em que teriam conspirado contra a Lava Jato, porque apontam para as forças que demandam a ampliação da política. E que denunciam a crise de representação mais profunda. É por estas forças, estas políticas que não há como voltar ao Brasil do passado. O presente é outro, o presente é fluxo. É possível que os esquemas de corrupção se rearranjem de

outra maneira, como ocorreu na Itália. Mas é bastante improvável que mulheres, negros e LGBTs parem de questionar os privilégios de gênero e de raça, assim como os crimes de gênero e de raça. Os povos da floresta são uma outra força, ainda obscurecida, que deverá ganhar mais e mais visibilidade com o avanço da crise climática.

Este Brasil que vai às ruas protestar contra a cultura do estupro, contra o genocídio da juventude negra, contra a corrosão das escolas públicas, onde estudam os mais pobres, representa a grande potência criativa deste momento. Muito se tem falado sobre a perda das conquistas da década passada, evidenciada por fatos como os mais de 11 milhões de desempregados atuais. É importante perceber, porém, que há ganhos que não retrocedem. A primeira geração de jovens negros que chegou à universidade não vai deixar de pressionar pela ampliação dos acessos. Assim como as mulheres que se empoderaram ao receber o Bolsa Família já se tornaram outras.

É fundamental identificar onde está o movimento. E onde está a paralisia. Ou mesmo o retrocesso. Descolados do Brasil que se move, nem o governo nem o Congresso têm resposta. Em parte, porque sequer entendem o que dizem as manifestantes que ocuparam as ruas.

Dilma Rousseff e o PT, empenhados na disputa do impeachment, tampouco têm possibilidade de representar essas forças. Há enorme potencial simbólico no fato de uma mulher assumir a presidência da República pela primeira vez. Mas é importante lembrar da escolha feita por Lula e pelos marqueteiros para turbinar esse simbolismo. Dilma foi apresentada como “mãe” dos pobres, “mãe” do povo, “mãe” do PAC. Nada mais arcaico hoje do que reduzir uma mulher à maternidade. E reduzir a maternidade às mulheres. Neste sentido, a oportunidade – preciosa – de ampliar a potência dos significados de uma mulher na presidência foi perdida, ao se optar por reforçar os velhos estereótipos, sempre redutores.

É fato que Dilma nunca se adaptou bem a esse modelito marqueteiro, mas também é fato que usou desse discurso sempre que lhe foi conveniente. Também vale lembrar que, como presidente, Dilma Rousseff recuou várias vezes na esfera dos direitos das mulheres e dos LGBTs para não perder o

apoio primeiro dos eleitores religiosos, depois da bancada evangélica no Congresso. Na campanha eleitoral que a tornou presidente pela primeira vez, em 2010, sofreu um ataque criminoso cuja origem ainda precisa ser melhor apurada, com a difusão de que era “abortista” e “assassina de fetos”. José Serra, então candidato a presidente pelo PSDB e hoje ministro das Relações Exteriores do governo Temer, empenhou-se em aproveitar o ataque vindo das catacumbas ou de um lugar que merece ser melhor apurado, apregoando que tinha “Deus no coração”. Em seu programa eleitoral, mulheres grávidas desfilavam pela tela porque o candidato prometia cuidar dos bebês mesmo antes de nascerem.

A campanha eleitoral de 2010 marca o momento em que o debate foi rebaixado, com enormes consequências. Dilma elegeu-se a primeira mulher presidente, mas para isso escreveu uma carta pública declarando-se “pessoalmente contra o aborto”. Nela, comprometia-se a não propor nenhuma medida para alterar a legislação sobre o tema. Quem saiu a defendê-la pelos templos evangélicos foi, entre outros, Eduardo Cunha (PMDB). O deputado que lideraria o processo de impeachment da presidente garantiu a pastores que a então candidata merecia o voto evangélico porque era contra o aborto.

Não volto a lembrar deste fato por apego à redundância, mas porque sem compreender o que aconteceu com o país naquele momento não me parece possível compreender o cenário atual. Nem a profundidade da “primavera feminista” nas ruas. A campanha eleitoral de 2010 é um marco da ocupação do poder pelos evangélicos fundamentalistas, aliados a outras forças conservadoras, assim como de seu crescente poder de pressão. Naquele momento se estabeleceu que o corpo das mulheres seria a moeda de chantagem política dali em diante. Dilma rendeu-se primeiro em nome da vitória eleitoral, depois, da tal “governabilidade”. Conhecemos bem o resultado da “governabilidade” e a fidelidade dos aliados de ocasião.

Assim, as manifestações contra a cultura do estupro têm ainda mais ressonância do que pode parecer à primeira vista. Se as mulheres se apropriarem de seus corpos, será preciso encontrar outra moeda de barganha no Brasil atual. É de estupro que se fala, mas é ainda mais que está

em jogo.

Se há este Brasil que se move ocupando as ruas, há um outro que também se move. É onde está, de certo modo, a “situação”. Também neste sentido, a reação aos estupros coletivos foi um sinalizador precioso. Como ninguém, ou pelo menos quase ninguém, pode defender um estupro, a disputa se deu em torno do ser ou não um estupro. Assim como das mulheres cujos corpos têm “valor”. Neste discurso, se os corpos têm “valor”, não poderiam ser violados. Mas, se os corpos não têm “valor”, não seria considerado um estupro mesmo quando violados. O valor é determinado principalmente pelo julgamento das escolhas morais e estéticas dessas mulheres, mas também pela sua raça e classe.

Ter valor diz respeito, em qualquer um dos casos, a um corpo convertido em objeto. Quando a palavra de uma mulher ao dizer que foi estuprada não é escutada, ou é colocada em dúvida, o que se reforça é que objetos não têm voz. É importante perceber também que os corpos das mulheres só podem virar moeda eleitoral ou moeda de chantagem política, como acontece mais explicitamente desde a campanha eleitoral de 2010, quando vistos e tratados como objetos.

A desobjetificação das mulheres é, portanto, ameaçadora à manutenção dos privilégios de quem ocupa o poder ou deseja ocupá-lo. Ou alguém acredita que deputados como Eduardo Cunha (PMDB) e o clero evangélico do Congresso estão de fato preocupados com a vida do feto quando tentam impedir as mulheres de fazer aborto legal? Ou quando determinam que família é homem com mulher?

É preciso ser mais do que ingênuo para acreditar na sinceridade dessa motivação moralista. Estão preocupados, sim, em manter o comando da Casa da Moeda. Assim, as mulheres que cantaram num show de Caetano Veloso - “eta, eta, eta, o Eduardo Cunha quer controlar a minha buceta” - têm toda razão. Cunha não só quer, como precisa.

A bancada evangélica do Congresso chegou rapidamente a conclusão que a melhor moeda, pelo menos no momento, é o corpo das mulheres. Que esse controle sobre o corpo das mulheres venha travestido de religião e justificado

por uma interpretação fundamentalista da Bíblia é estratégia, não princípio. Quando nos referimos a essa estirpe de parlamentares como “conservadores”, confere-se a eles uma seriedade que não têm. Do mesmo modo, chamar de Bancada da Bíblia acaba sendo menos uma ironia - e mais um reconhecimento equivocado de que a Bíblia de fato teria importância. Na prática, a Bíblia é mais um instrumento de manipulação, o que deveria ofender os evangélicos que levam a sério os fundamentos de sua crença. Uma parte do clero evangélico no Congresso leva seus princípios religiosos tão a sério quanto levam o mandamento “não roubarás”.

O aborto é o grande tema em disputa por essa razão. Se uma mulher é tão dona do seu corpo que pode interromper uma gestação, seu corpo já não pode ser objeto de um outro. Já não pode ser moeda. É também por isso que a maternidade precisa ser tão valorizada como destino sagrado das mulheres - e nisso uma interpretação religiosa da Bíblia é feita sob medida. Assim, nem de longe a escolha de uma evangélica que já se posicionou contra o aborto em caso de estupro para comandar a secretaria das Mulheres pode ser considerada uma distração política de Temer. Que depois de ter calculado todas as variáveis ele tenha feito essa escolha, mesmo com as ruas ocupadas por ativistas, só aponta onde o presidente interino acredita estar a força.

Mas Temer, o homem que tão bem calculava, já não calcula como antes. A nomeação foi publicada no Diário Oficial de 3 de maio, mas o presidente ainda pode voltar atrás. A reação das feministas foi mais forte do que Temer e os seus acreditaram que seria. Para completar, a imprensa denunciou que Fátima Pelaes é investigada num esquema de corrupção. Se Temer voltar atrás mais uma vez, será mais um recuo de um governante que desde a nomeação do ministério demonstra não entender o país que governa, atarantado entre forças opostas.

A construção de redes de comunicação, como a Record, assim como a ocupação de redes já existentes, por certas igrejas evangélicas, é a outra ponta desta arquitetura que cada mais influencia a vida cotidiana do país. Quem grita “Globo golpista” precisa ampliar um pouco mais o seu olhar. Não dá para entender este Brasil que cada vez mais é “situação” sem compreender a brilhante estratégia de ocupação de poder por parte dos ditos

evangélicos. É de poder que se trata, poder para muito além da religião. E, se observarmos a história recente, essa ocupação de poder é acelerada.

Acreditar que o atual Congresso não representa o Brasil é um equívoco. Antes fosse. Pode não representar as mulheres nas ruas, assim como outros movimentos e setores mais progressistas. Mas há um Brasil que sem dúvida representa. E esse Brasil também se move. E é forte. Quando a maioria dos parlamentares votou pela abertura do impeachment da presidente em nome de Deus e da Família, usavam a mesma linguagem que uma parte considerável da população brasileira.

Também neste sentido os protestos contra a cultura do estupro são bastante iluminadores. É significativo que as ruas de capitais brasileiras tenham sido tomadas por manifestantes reivindicando a posse do corpo. Mas é preciso prestar atenção também aos vídeos, com grande audiência na internet, e aos protestos na comunidade onde ocorreu o crime, em que homens levantaram cartazes: “Não houve estupro!” ou “Orgia não é estupro”.

Nos vídeos são apresentadas “provas” morais para defender a tese de que não foi estupro, como as roupas que a vítima vestia e sua liberdade sexual. Também apresentam como “prova” o fato de que um estupro não seria tolerado pelo tráfico, numa referência a quem ocupa o lugar de lei em parte das favelas. Há outro ponto comum importante em vários desses discursos disseminados na internet: a ideia de que defesa da menina estuprada é feita por “comunistas” – ou por “comunistas dos direitos humanos”. Aqui também há uma ligação entre corpo da mulher e política que não pode ser descartada apenas pela precariedade do discurso.

Uma organização criminosa teria decretado a morte não dos estupradores, mas da menina estuprada. Em entrevista à Ponte, site de jornalismo especializado em direitos humanos, justiça e segurança pública, a socióloga Camila Nunes Dias, que pesquisa o crime organizado no Brasil, contrapõe-se ao mito de que o estupro é condenado por criminosos: “(Estes grupos de crime organizado) são profundamente conservadores, machistas e homofóbicos, e isso muitas vezes se minimiza na análise da sua atuação nas prisões e comunidades”. E, em outro momento: “Por mais que se matem uns aos outros, policiais e bandidos têm visões de mundo muito parecidas”.

O estupro atravessa todas as classes sociais. Os casos de violência sexual contra mulheres na faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), assim como em diversas outras universidades cujos estudantes são majoritariamente de classe média e alta, são apenas um dos exemplos de que a cultura do estupro é disseminada no país. Mas sempre vale a pena compreender as particularidades pelas quais essa cultura se estabelece nas diferentes realidades. Em especial quando se situa a disputa política atual a partir do que me parece central: o questionamento dos privilégios.

Na trajetória de alguns movimentos do século 20, assim como de alguns partidos, todos os privilégios eram contestados, menos o de gênero. A história dos sindicatos no Brasil, marcada pelo machismo e pela homofobia, precisa ser enfrentada também a partir deste recorte, para que algumas relações possam ser esclarecidas. Há muitos depoimentos que ainda virão à tona. Esta, como tantas outras, é uma história muito mal contada.

É preciso lembrar ainda que, para uma grande parcela dos homens brasileiros, o único privilégio que detém é o de gênero. Como se sabe, não é fácil abrir mão dos privilégios, mais ainda se este for o único num país tão desigual. O discurso moralista sobre o corpo das mulheres encontra um terreno fértil nas camadas mais pobres da população. E este é um viés fundamental na compreensão da ascensão de algumas igrejas evangélicas. Se a manutenção do privilégio de gênero tiver uma justificativa edulcorada, referenciada pela Bíblia, nada mais atraente. Não só mantém o privilégio como ainda é um homem “de bem” por mantê-lo. Quem vai discutir com Deus, afinal?

São muitos pontos para ligar. Os Brasis se movem. As mulheres que foram às ruas nos últimos dias acertaram em muito mais do que parece.

Eliane Brum é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção *Coluna Prestes - o Averso da Lenda*, *A Vida Que Ninguém vê*, *O Olho da Rua*, *A Menina Quebrada*, *Meus Desacontecimentos*, e do romance *Uma Duas*. Site: desacontecimentos.com Email: elianebrum.coluna@gmail.com Twitter: @brumelianebrum

Acesse no site de origem: [Entre a manipulação da Bíblia e a posse da](#)

[Vagina, por Eliane Brum \(El País, 06/06/2016\)](#)

A Ventania Feminista inspira as ruas e comanda protestos, por Bob Fernandes

(Jornal da Gazeta, 06/06/2016) Nomeada na sexta-feira, Fátima Pelaes pode vir a ser a “Secretaria Porcina”, a que foi sem nunca ter sido. Fátima é acusada de “integrar organização criminosa”.

Essa Secretaria, a Nacional das Mulheres, foi criada para tentar diminuir o desastroso impacto do ministério só de homens.

Leia mais:

[Servidores protestam contra nomeação da ex-deputada Fátima Pelaes para SPM \(Agência Brasil, 06/06/2016\)](#)

[Mulheres ocupam Ministério das Cidades e protestam contra nova secretária de Políticas para as Mulheres \(Brasileiros, 06/06/2016\)](#)

[Secretária das Mulheres pode ser demitida antes mesmo da posse \(Meio Norte, 06/06/2016\)](#)

[Mulher errada no lugar errado, por Bernardo Mello Franco \(05/06/2016\)](#)

[No governo Temer, Secretaria das Mulheres ganha viés policial \(Carta Capital, 04/06/2016\)](#)

[Política do governo Temer é cadeia para as mulheres, alerta UBM \(Vermelho, 03/06/2016\)](#)

Há uma ventania nas ruas do Brasil que pode se transformar num furacão. A ventania feminista.

Multiplicam-se protestos de Coletivos Feministas. O próximo marcado para quarta-feira, 8, em São Paulo. Outra vez junho, como em 2013.

Em 2013, demandas por serviços se articulavam país afora. Até tudo explodir a partir de São Paulo, do “Não” aos 20 centavos de aumento para passagens de ônibus.

Clique na imagem e assista ao vídeo da matéria



Neste junho de 2016, ventania gerada pela milenar opressão, humilhação das mulheres.

A luta pelo empoderamento feminino está se tornando um ímã. Atrai demais causas e insatisfações, inspira protestos que crescem a cada dia.

Mesmo se à revelia, a queda de Dilma impulsiona essa história. Humilhante para a condição de mulher o tom de deboche no “Tchau querida”. Aquela grotesca noitada inaugural do impeachment.

Acompanhada como novela no país onde mulheres, 52% do eleitorado, ocupam apenas 10% das vagas na Câmara. Onde proliferam babás, e tratadas como escravas.

Deboche agravado pelo ministério misógino. De homens contrários a direitos da mulher duramente conquistados.

De governo que têm aliados ou simpatizantes como Malafaia, Alexandre

Frota, Marco Feliciano, Danilo Gentili, Bolsonaro...

A ventania se espalhou com bárbaros estupros coletivos no Rio e no Piauí. Num país onde a cada 11 minutos uma mulher é estuprada.

Privar o Palácio da Alvorada de comida, restringir voos de Dilma, proibir que a Tv pública use a expressão “presidenta”...Cada gesto é mais vento na ventania.

Se nas delações da Odebrecht e OAS Dilma cair de vez, junto com tantos outros, se terá outra questão.

O que há meses está nas “Ocupações”, e agora nas ruas deste junho, já é pelo pós tudo isso.

“Junho” deriva de homenagem à deusa Juno. Na mitologia romana, Juno era protetora da Nação, e das mulheres.

Acesse no site de origem: [A Ventania Feminista inspira as ruas e comanda protestos, por Bob Fernandes \(Jornal da Gazeta, 06/06/2016\)](#)